

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



SALAZAR, Abel de Lima (Guimarães, 1889 - Lisboa, 1946)

Abel Salazar (AS) nasce a 19 de Julho de 1889 na cidade de Guimarães, filho de Adelaide da Luz Silva Lima e de Adolfo Barroso Pereira Salazar. O seu pai frequentou o curso de Medicina em Coimbra, organizou a biblioteca da Sociedade Martins Sarmento e escreveu na *Revista de Guimarães*, manifestando grande interesse pelas artes e pela res publica; foi professor de francês em escolas industriais em Guimarães e no Porto. O jovem AS frequentou o Seminário-liceu de Guimarães, antes de partir para o Porto no Outono de 1903; essa vivência inicial num burgo português onde a ritualização eclesiástica ia por vezes de par com hipocrisia e dissimulação, despertará em Abel Salazar uma atitude anti-clerical, sensível que era a um sentimento religioso genuíno.

Em 1909, ingressa na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, concluindo brilhantemente o curso de Medicina (1915) com a dissertação *Ensaio de Psicologia Filosófica*. Vivendo em Matosinhos, permanece algo distante dos corifeus do movimento da Renascença Portuguesa, do saudosismo de Teixeira Pascoais e do bergsonismo criacionista do filósofo Leonardo Coimbra. Entre 1916 e 1935 desenvolve actividade docente e de investigação (que lhe granjeia prestígio alémfronteiras, nomeadamente pelo seu método tano-férrico) na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, sendo em 1918 nomeado professor de Histologia e Embriologia. Desde 1932, percebendo os condicionalismos nocivos que o Estado Novo impunha à investigação científica, empenha-se, como publicista, numa cruzada em prol da mudança das mentalidades, inspirado por um ideal positivista republicano, publicando artigos em jornais e realizando conferências em associações conotadas com a oposição, actividades em que contou com o apoio da Maçonaria, uma das principais adversárias do regime, e da qual se fez membro. O seu posicionamento cívico-político e a intriga de alguns colegas levam à sua expulsão da Universidade (1935); voltará a investigar a partir de 1941 na Faculdade de Farmácia do Porto. Afastado da vida académica tornar-se-á mais evidente a sua vocação de polímata, desenvolvendo ampla actividade como publicista, artista plástico e ensaísta, elaborando um pensamento teórico sobre temas que vão da arte à ciência, do positivismo lógico vienense à filosofia da história. Muitos desses escritos aparecem disseminados por periódicos, em geral ligados a sectores da oposição ao Estado Novo (*Seara Nova*, *Sol Nascente*, de que é figura central, *O Diabo*, etc.).

Em Março de 1934, Abel Salazar parte para Paris, indo trabalhar com o professor na Faculdade de Medicina de Paris Christian Champy (1885-1962), pioneiro da histofisiologia e da endocrinologia sexual. Esse



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

exílio parisiense, de meio ano, é importante para o seu percurso intelectual e cívico. Aí percebe o grande interesse pelo neopositivismo vienense; é no país de Comte que se realizará em 1935 o *Congrès International de Philosophie Scientifique* e AS lerá avidamente as traduções francesas de textos desse movimento; AS virá a divulgá-lo, escrevendo uma cinquentena de artigos sobre “O pensamento positivo contemporâneo”, num estilo algo caótico e dogmático. António Sérgio dirá ser má divulgação das ideias, ao omitir as dificuldades e críticas dos problemas filosóficos de que só as conclusões são apresentadas, o que gerará uma curta polémica. AS interessar-se-á também pelas actividades do Centre de Synthèse, dirigido por Henri Berr, que juntava sábios de todas as áreas do conhecimento numa perspectiva que se queria unitária. De facto, no seu livro *A Crise da Europa* (1942), AS cita abundantemente livros da colecção, iniciada em 1920, *Bibliothèque de Synthèse historique, L'évolution de l'humanité*. AS, em Paris, vai colaborar em várias associações, caso da Union Rationaliste, e constata directamente as tensões políticas e económicas. A Alemanha, a Itália e a URSS têm então regimes totalitários. No ano de 1934, como efeito da Grande Depressão, o desemprego está em alta em França. A 6 de Fevereiro, a extrema direita anti-parlamentar manifesta-se em Paris; da repressão do motim resultam dezenas de mortos e milhares de feridos e a queda do governo Daladier; a Esquerda interpreta o motim como prova do perigo fascista e organiza contra-manifestações; a 6 de Março cria-se o Comité de Vigilância dos Intelectuais Anti-fascistas; o re-agrupamento das Esquerdas conduzirá em 1936 ao governo da Front Populaire. O livro *Paris em 1934* de AS, dá sinal dessa situação.

Se AS vem a combater ao lado de militantes comunistas contra o fascismo, a sua reflexão favorece mais uma postura relativista, conformista, contrária ao voluntarismo otimista; em acordo com o seu paradigma biologista, a crise europeia resulta de um processo determinista e inexorável de evolução de uma civilização – todo o organismo ao atingir o seu limite de crescimento e diferenciação, define e morre. AS escreverá uma série de artigos sobre a crise europeia (1936-1938), nos quais propõe uma “teoria bio-mecânica da história”. Aí extrapola a biotipologia de Kretschmer, para a interpretação da psicologia social. Desde a sua dissertação de 1915, AS cuidava do estatuto dos saberes que envolviam variáveis humanas e/ou cujas leis deterministas se ignorava. Aproveitando o critério de verificabilidade, dador de sentido a uma proposição para os neopositivistas, AS distinguirá entre ciência e proto-ciência; a história e a sociologia são proto-ciências dado dependerem do “pensamento psicológico”, distinto do “pensamento lógico”; aquele é exemplificado no pensamento primitivo no sentido de Lévy-Bruhl, na literatura, no pensamento metafísico, etc.

Esta sua demarcação positivista, traduz-se no seu conceito de “irreduzibilidade de Tyndall”, elemento perene na sua reflexão; a escolha do nome lembra o profundo impacto cultural da alocução feita à British Association for the Advancement of Science (Belfast, 1874) por John Tyndall, professor de filosofia natural da Royal Institution; ao aí tratar das relações entre ciência e materialismo, afirmou que o conhecimento científico se traduz na exigência de uma “absolute reliance upon law in nature”. Tyndall designou a sua posição como “higher materialism” atribuindo à matéria “the promise and potency of all terrestrial life”. Discorrendo sobre o tópico das fronteiras entre ciência e religião, afirmou que se esta acrescentava “inward completeness and dignity to man” ela estava restrita à “region of poetry and emotion.” O conhecimento objectivo era do âmbito exclusivo da ciência. Tudo o que recaía “upon the domain of science” (incluindo a questão cosmológica)



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

deveria ser “submit to its control” (Tyndall,

Fragments of Science 1892, 2. pp. 191-197). A ideia de uma total cientificidade, no que toca a variáveis humanas, implica saber a mecânica do paralelismo psicofísico, ou seja, a dependência funcional entre os fenómenos mentais e os processos (físico-químicos) que ocorrem no cérebro: se ao plano psíquico correspondem univocamente estruturas e processos fisiológicos cujas leis derivam da física e da química, então o determinismo e mecanicismo deste domínios devem caracterizar o plano psíquico.

Ora, AS, tende a crer que o determinismo é um horizonte razoável, e disso deixa sinais ao iluminar a história pela luz da biotipologia de Kretschmer (assim indirectamente contornando a irredutibilidade de Tyndall). A predominância de uma mentalidade científica, conciliadora do real e do ideal, correspondia ao tipo ciclotímico, enquanto o tipo esquizotímico tendia a impor o ideal ao real tendendo para teorias absolutas, metafísicas e eticamente categóricas. No caso da crise europeia dirá, em *O Diabo* (1936), que “o conflito fascista-democrático, que define o momento social, é luminosamente um conflito esquizotímico-ciclotímico” e que “o que sucede é que a acentuação social se faz ora com base ciclotímica ora com base esquizotímica: por outras palavras, no fluxo do tempo, as massas esquizotímicas e ciclotímicas estão em constante acção e reacção. Mas esta acção e reacção faz-se dentro de um complexo que evolui segundo uma curva biológica – a curva de todas as civilizações – donde resulta que nos momentos de ascensão, auge e declínio destas curvas, esta acção-reacção terá fatalmente crises e movimentos espasmódicos esquizotímicos. É manifesto que na crise actual da Europa (...) a Grande Guerra veio provocar uma grande oscilação esquizotímica donde saiu o fascismo, o nazismo e o comunismo” (Salazar, in *O pensamento de Abel Salazar* 1971, pp. 90-92) três ideologias caracterizadas pelo predomínio da Mística.

No livro de 1942, *A Crise da Europa*, no qual já pouca importância é dada à biotipologia, AS citará um autor que favoreceu a sua crença organicista em leis de evolução dos sistemas-civilizações. O médico-psiquiatra, filósofo e pedagogo, professor da Universidade de Leipzig, Hermann Schneider (1874-1953), nos seus trabalhos sobre as conquistas culturais da humanidade (1912-1931) afirmou que essas conquistas eram o resultado não da pureza racial mas da miscigenação; adepto de uma “história universal” que permita conceber uma filosofia da história, era sua convicção de que a humanidade armazena os produtos artísticos e intelectuais da experiência assimilada pelos seus melhores filhos; dada a inacessibilidade à observação da alma desses criadores, o historiador é obrigado a reencontrar o espírito da sua cultura através dos monumentos por eles deixados. Tal progressão não é linear, tem retrocessos e paragens. Se até aí se está dentro do senso histórico, o pendor especulativo fá-lo pensar que o filósofo da história, prescrutando o espaço e o tempo, pode encontrar um padrão dessa evolução. De facto, Schneider propôs um modelo de evolução civilizacional em três etapas: numa primeira, vários grupos humanos que, por condicionalismos geográficos e outros, permaneceram etnicamente puros, vão-se encontrar e misturar, a que se seguem fases cuja duração em séculos ele indica, designadas por “infância”, “juventude” (durante o qual se elabora um novo sistema de ideias, por um processo de diferenciação), “maturidade” (na qual o progresso cultural devido à expansão do sistema de ideias novo é acompanhado de reflexão crítica e no qual se gera uma cultura popular adaptadas às necessidades e capacidades das massas) e “velhice” (feneando a criatividade); uma nova civilização



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

poderá surgir, aproveitando o adquirido pela anterior, desde que haja uma nova mistura racial. A teoria geral foi apresentada na obra *Philosophie der Geschichte* (1923), de que foi dada tradução castelhana pela Labor, citada em *A Crise da Europa*. A aplicação sistemática do modelo a várias civilizações superiores passadas (Grécia, Roma, Índia, Pérsia, China) fez o crítico da recensão na revista britânica *History* (1933), que mostra o inapropriado da generalização, colocar o autor entre os profetas e não entre os “historiadores críticos”. Por seu lado, mas no mesmo sentido geral, Abel Salazar fala de “curvas dos sistemas históricos” marcadas a partir de “pontos definidos por coordenadas objectivas” as quais estão associadas a “elementos quantificáveis, embora de uma forma grosseira”, referindo que para o seu traçado inicial se recorre a uma lei da história já conhecida; Schneider é explicitamente citado para o enunciado da lei: “qualquer cultura nova, surge de uma mescla de sangue (...)”; Salazar continua citando o filósofo alemão quando enuncia a lei referente à duração de cada uma das fases da dita curva” (*A Crise da Europa*, pp. 35-36); mantendo o aspecto global da curva sugerida por Schneider, junta algumas críticas, por exemplo realçando que a arquitectura “é a expressão mais completa e definida de uma civilização” e falando de “coordenadas definidas pelas manifestações energéticas do Sistema” (*Idem*, p. 40) ; a plausibilidade do modelo, com uma curva em três fases (como uma telha lusa vista de perfil), não é maior do que a do modelo de Schneider e resulta da analogia vital (uma vez que não apresenta variáveis quantificadas concretamente determinadas); mais à frente falará de cadeias de curvas, ou seja de articulação de civilizações, dando como exemplo a sucessão Egêa-Grécia-Roma-Europa (*Idem*, p. 45).

AS crê que o desenvolvimento científico, então marcado pelas revoluções da teoria da relatividade e a dos quanta (e pela nova filosofia científica vienense do empirismo lógico), é um claro sinal que por sobre os ciclos vitais das civilizações surge nítido um progresso tecno-científico, que ele integra no que designa por “totalização da experiência”, ou seja, todo o acúmulo positivo da humanidade ao longo da sua longa história. Curiosa é a caracterização da fase de declínio, de que a queda Roma é ilustração, descrita em termos deterministas: “Os processos mecanóides da decadência são aqui bem visíveis; forças em jogo actuam cegamente em acção e reacção, e por tal forma que, quaisquer que sejam as vontades dos homens, tudo sucederá segundo leis fatais, dando-se mesmo o paradoxo aparente de a própria acção dos homens, dirigida num determinado sentido, concorrer precisamente para fazer marchar as coisas em sentido contrário, É que essa acção, independente do seu ideal, é apenas uma força que se integra num sistema de forças em jogo e entra nelas em conflito” (*Idem*, p. 65); entre as características que são sinal desse terceiro período destaca: “dissolução mística do pensamento, enfraquecimento do espírito científico e hegemonia da emotividade religiosa” notando que elas se encontram “actualmente, nos prelúdios da decadência da Europa” (*Idem*, p. 67).

Esta insistência na necessidade de positividade em todos os saberes, numa atitude de reducionismo determinista, fez Silva Dias, logo após a saída do livro, em *O Problema da Europa*, denunciar o esquematismo a priori resultante da aplicação de um paradigma fisicalista à realidade histórica e social que pode conduzir à desresponsabilização do sujeito histórico. Norberto Cunha, nos seus profundos estudos sobre a integralidade da obra do nosso polímata, mostra como os paradoxos e contradições que se encontram no pensamento

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

criativo e genuíno de Abel Salazar traduzem uma incessante busca de inteligibilidade, de busca de Formas, cujo horizonte ultrapassa porventura o do positivismo que reclamava para o progresso das mentalidades, indo no sentido da democracia.

Bibliografia activa: *A crise da Europa*, Lisboa: Biblioteca Cosmos, 1942; *O pensamento de Abel Salazar (Antologia)*, selecção e introdução de Jofre Amaral Nogueira, Porto, Inova, 1971; *Obras Completas*, 7 volumes, S. Mamede de Infesta, Porto, Famalicão, Casa-Museu Abel Salazar e editoras Campo das Letras e Húmus, 2000-2012.

Bibliografia passiva: CUNHA, Norberto, *Génese e evolução do ideário de Abel Salazar*, Lisboa, INCM, 1997; DIAS, Silva, *O problema da Europa*, Lisboa, Edições Gama, 1945; LIGHTMAN, Bernard, “On Tyndall’s Belfast Address, 1874”, *BRANCH: Britain, Representation and Nineteenth-Century History*. Ed. Dino Franco Felluga. Extension of Romanticism and Victorianism on the Net. Web. https://www.branchcollective.org/?ps_articles=bernard-lightman-on-tyndalls-belfast-address-1874, consultado em 11_6_2021; MATOS, Sérgio Campos, “Portugal e a Europa (1945-1968)”, Separata de *A Europa: realidade e fantasia* (dir. de Anthony Barker), Aveiro, Universidade de Aveiro, pp. , 2001; MYRES, John L., “Dr. Hermann Schneider’s philosophy of history”, *History*, 17 (68), pp. 303-316, 1933; PRÍNCIPE, João, *Quatro novos ensaios sobre António Sérgio*, com um postfácio de Hermínio Martins, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2012; TYNDALL, John, *Fragments of Science: A Series of Detached Essays, Addresses, and Reviews*. 2 vols. 8th. ed. London: Longmans, Green, 1892.

João Príncipe